

ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONTABILIDADE

Finanças Solidárias

Reinaldo Pacheco da Costa – ITCP-USP – rpcosta@usp.br

Abraão Freires Saraiva Júnior – UFSA-RN – abraaofsjr@gmail.com

Resumo

Apresenta-se um estudo comparativo de dois métodos de apuração de resultados econômicos e de repartição da renda, em dois estudos de caso: indústria capitalista e cooperativa autogestionada. O primeiro método trata a repartição da renda com base na teoria objetiva do valor-trabalho, no qual o marxismo é base dos estudos filosófico-econômicos relevantes. O segundo método trata o trabalho de forma indireta, a partir de uma teoria subjetiva do valor (Ortodoxia Neoclássica), operacionalizada pela contabilidade tradicional. A premissa básica é a de que se podem comparar dois diferentes dispositivos de medição, quando se os tratam como dois diferentes modelos contábeis de repartição da renda econômica de uma mesma unidade. Neste processo de comparação, verificam-se os limites distributivos entre as formas supostamente igualitárias e as formas reificadas de distribuição dos excedentes econômicos.

Palavras-chave: Economia Solidária, Contabilidade Social, Contabilidade Crítica.

1. Introdução

A recente internacionalização da economia brasileira a partir dos anos ‘90 levou muitas empresas à falência e muita gente ao desemprego. Daí nasce ações coletivas que dão origem no Brasil a um movimento econômico, político e social - hoje denominado de Economia Solidária, responsável pela criação de empreendimentos e organizações produtivas baseadas no trabalho associado, propriedade coletiva dos meios de produção, cooperação e autogestão como alternativa ao desemprego, e que possui hoje mais de 20 mil unidades produtivas e 1,6 milhões de pessoas trabalhando solidariamente (SENAES, 2007).

A autogestão é uma forma de organização da produção na qual os trabalhadores assumem a operação em regime de democracia direta. Não há a figura de proprietários nem de sócios-gerentes, pois todos os trabalhadores participam das decisões administrativas e operacionais em igualdade de condições. É importante aqui distinguir a “autogestão” proposta pelo movimento de economia solidária do “participacionismo” ou do “toyotismo” em que se mantém a figura do proprietário entregando poder relativo aos funcionários. Há pequenas semelhanças e grandes divergências entre os princípios do cooperativismo praticado pela economia solidária e os princípios do sistema sócio técnico tradicional (CHERNS, 1976; 1987), que admite a participação ativa (restrita) do trabalhador somente quando em sua intervenção no sistema tradicional (capitalista) de produção.

As alternativas solidárias de organização produtiva, cujo principal propósito é gerar renda e trabalho - já que emprego é conceito que se remete ao vínculo patronal-, têm os seguintes princípios básicos: trabalho cooperativo, autogestão, democracia interna, distribuição por consenso dos excedentes econômicos - procedimentos antagônicos à distribuição de lucro da empresa capitalista -, e sustentabilidade em suas três amplas conotações: social, econômica e ambiental. São diversas as formas atuais de organização dos empreendimentos de economia solidária (EES): associações de produtores, cooperativas de produção, empresas autogestionadas, grupos de produção, clubes de trocas, redes de compras e de vendas, centrais de cooperativas e bancos comunitários entre as principais.

Produção, em sentido amplo, é a ação com que a sociedade em geral, e o homem em particular, buscam satisfazer suas necessidades; produção é um processo *social* de apropriação da natureza. E quem realiza a produção é o trabalho; daí decorrem as seguintes fundamentais questões para os empreendimentos de economia solidária: Quem fica com o excedente obtido na produção? Essa é a palavra a usar? Excedente, ou seria sobra, lucro, mais valia? Como a renda do trabalho é, ou poderia ser econômica e socialmente contabilizada nos empreendimentos de economia solidária? Propomos aqui uma reflexão com um objetivo prático, pragmático e praxeológico, qual seja: a economia solidária e a sua relação com uma contabilidade factível de ser apropriada pelos empreendimentos de economia solidária.

A maior dificuldade no estabelecimento de critérios de divisão de excedentes em empreendimentos de economia solidária é de natureza filosófica e econômica. Como conciliar os cálculos advindos da atual corrente de pensamento econômico-contábil afeta às firmas (capitalistas), com o cálculo da (des) valorização (exploração) do trabalho realizado por corrente de pensamento com afinidade com a (crítica da) economia política e com a Economia Solidária? A primeira corrente trata a questão da empresa como uma unidade econômica geradora de lucros e o seu modelo de representação é o desenvolvido pela atual contabilidade tradicional; enquanto a segunda corrente enxerga o trabalho como uma questão associada à exploração do trabalhador e ao antagonismo das classes sociais, conforme a teoria do valor-trabalho de Marx (Crítica da Economia Política).

O objetivo do presente artigo é apresentar um estudo sobre a repartição do excedente econômico (sobras) em empreendimentos de economia solidária, a partir da comparação (qualitativa e quantitativa) de dois diferentes modelos contábeis de apuração de resultados econômicos. Esta comparação contábil se presta porque ambos os modelos analisam o mesmo aspecto de uma economia (capitalista) de mercado, ou seja, ambas observam a contabilidade

do patrimônio (Capital Social) da firma, mas em diferentes sistematizações dos *Demonstrativos Econômico-Financeiros*.

Esta pesquisa se estabelece, portanto, a partir do entendimento de dois diferentes *dispositivos* contábeis para o cálculo do patrimônio (capital) de um empreendimento industrial em um sentido *foucaultiano* do termo, onde *dispositivo* seria “um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber, e por ele são condicionados” (FOUCAULT, 2008). O Capitalismo para *Foucault* é um sistema disciplinar. Um sistema mercantil (capitalista), para Marx, é um sistema disciplinar.ⁱ Neste processo de comparação, verificar-se-ão os limites distributivos entre as formas solidárias (SINGER, 2000) e as formas reificadas (BOURGUIGNON, 2005) de repartição dos excedentes econômicos.

Além desta introdução, o artigo é construído a partir de uma seção de metodologia que apresenta as propostas e as premissas que balizaram a pesquisa. Na terceira seção se apresenta a fundamentação teórica sobre as duas predominantes correntes de pensamento econômico - neoclássica e marxista-, também denominadas de escolas de pensamento econômico. Na quarta seção são apresentados os estudos de caso em que se realiza o cálculo contábil do demonstrativo dos resultados e/ou dos excedentes econômicos, usando os dois métodos propostos, em duas unidades produtivas – uma firma capitalista e uma cooperativa autogestionada. A quinta e última seção exhibe uma reflexão sobre a Contabilidade Financeira e Gerencial para a aplicação em empreendimentos de economia solidária, juntamente a algumas recomendações para a realização de pesquisas futuras sobre o tema abordado no artigo.

2. Metodologia da Pesquisa

Serão aqui apresentadas algumas considerações metodológicas sobre a fundamentação teórica da pesquisa, que visa comparar a contabilidade tradicional (*ortodoxa*) com a *contabilidade marxiana*, com vistas à discussão de como se poderia propor, desenvolver e aplicar uma contabilidade econômico-financeira em empreendimentos de economia solidária.

Primeiro - Tem sentido compararem-se “modelos contábeis” distanciados de 150 anos, como são os modelos aqui citados? O procedimento metodológico específico para a análise comparativa é o que se poderia denominar de “*demonstração paralela dos casos*”, cuja finalidade é a elaboração de proposições ou teorias por meio de comparações (SKOCPOL, 1980). É justamente a comparação referida que permitirá mostrar os limites de aplicação da contabilidade tradicional que podem afetar o “espírito” do empreendimento de

economia solidária no que diz respeito ao trabalho e à repartição dos excedentes. Observe-se a citação de Marx, no livro III d' *O Capital*, especificamente sobre fábrica cooperativa e fábrica capitalista de capital aberto, que já mostra o cerne da discussão política entre a distribuição do excedente na forma societário-capitalista e na forma cooperativa (solidária):

[...] las empresas capitalistas por acciones son, tanto como las fabricas cooperativas, formas de transición del orden de producción capitalista al asociado, solo que em unas la oposición se há suprimido negativamente y em las otras positivamente. (MARX, III, 1931, p.437).

O modelo (contábil) apresentado n' *O Capital* é a principal referência para a discussão de uma contabilidade a ser aplicada em um empreendimento de economia solidária, pois esta obra trata justamente do mecanismo de repartição do excedente econômico das firmas entre os participantes da produção (capitalistas e trabalhadores). Este é o principal argumento de aqui se referenciar "*O Capital*" de Karl Marx. ⁱⁱ

A elaboração que segue tem por objetivo apresentar, resumida e esquematicamente, o que seria uma "contabilidade da firma" n' *O Capital* de Karl Marx. A presente pesquisa ancora-se em um ponto de contato com o objetivo central da contabilidade – a aferição do patrimônio líquido, ou também chamado de *capital social* de uma firma -, e de como aplicá-la em empreendimentos de economia solidária. Vale ressaltar que não se trata de um exame exaustivo da obra de Marx, pois se objetiva esboçar a concepção marxista de contabilidade e compará-la com a prática corrente, aqui denominada de "contabilidade tradicional".

Segundo - Tem sentido utilizar o "modelo contábil" marxista, como faremos adiante, utilizando apenas uma unidade produtiva como base de referência; seja uma firma ou uma cooperativa autogestionária de produção? É consenso que um dos pontos mais importantes da principal obra de Marx, *O Capital*, se refere ao entendimento do sistema produtivo como um todo, econômico, político e social. Mas há lugar para a unidade produtiva individual, mesmo não havendo no tempo de Marx a separação explícita entre macro e micro economia, separação conceitual comumente utilizada a partir de Keynes no início do século XX. (DESAI, 1978; ROBINSON, 1976).

A microeconomia é parte da Teoria Econômica *Ortodoxa* (PRADO, 2001), na qual se consideram as ações individuais dos agentes econômicos (firmas e consumidores/famílias), e está formalizada, pelo menos, desde meados do Século XIX, através de modelos literários e matemáticos que buscam explicar o funcionamento de uma economia de mercado:

A teoria que demonstra esse caráter virtuoso do mercado [...] é a neoclássica, tal como desenhada pelo economista inglês Alfred Marshall [...] de caráter dedutivo-nomológico, e tem por fundamento o Homo Economicus [...] e encontra na teoria do valor-utilidade a base de seu raciocínio, descartando, portanto, a teoria do valor-

trabalho que caracterizara a ciência econômica [...] quando ela era ainda conhecida por economia política. (PAULANI, 1991, p.107)

O cálculo *neoclássico* dos lucros para a firma, e da utilidade, ou a sua *proxy*, os preços, para os consumidores, envolve, por um lado, o conhecimento dos custos de produção (dada uma função produção), e, por outro lado, o entendimento do comportamento de sua demanda e de seus preços, que dependem, fundamentalmente, do tipo de estrutura (de imperfeição) de mercado em que a firma atua: monopólio, oligopólio, concorrência perfeita ou concorrência monopolística. Por que fazer uma análise microeconômica, portanto, quando comparamos a contabilidade de fundamento “neoclássico” com a contabilidade “marxista” para apenas uma unidade de produção, seja firma capitalista ou cooperativa autogestionada? Para mostrar a relevância de se estudar contabilidade (microeconomicamente) de unidades produtivas em diferentes modos de produção, como representa o caso de um empreendimento de economia solidária, (re) buscando demonstrar que a geração do valor e dos excedentes está na unidade produtiva, seja firma capitalista ou cooperativa autogestionária.

O **terceiro** ponto a ser destacado é que não existe ainda consolidada, com uma inequívoca base conceitual, uma Teoria da Economia Solidária (Singer, 2002), mas se admite um postulado geral: a centralidade do conceito de *trabalho* na economia solidária. Confrontamos neste estudo as duas grandes correntes econômicas de análise do trabalho por ajudarem a esclarecer o entendimento e funcionamento *praxeológico* de um empreendimento de economia solidária.

Não somos estudiosos diretos do pensamento marxista, e, fizemos esta pesquisa no que concerne ao seu ponto de contato com o primeiro objetivo da ciência contábil, a aferição do patrimônio líquido, ou capital social de uma entidade econômica e de como aplicá-la em empreendimentos de economia solidária. Além disso, a um exame exaustivo da obra de Marx não seríamos capazes de empreender, e fugiria também ao âmbito deste trabalho. Pensamos, porém, que não é pouco esboçar a concepção marxista de contabilidade e compará-la com a prática tradicional.

A premissa básica deste estudo é a de que se podem comparar, com os cuidados necessários, dois diferentes modelos de apuração *contábil* de resultados, quando se os tratam como dois diferentes dispositivos de explicação da (re) produção e (re) partição de renda em unidades produtivas. Louis Dumont (*apud* BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999) ressaltou que o método comparativo é o mais eficaz quando se trata de estudar ideologias, em especial

quando elas são do mundo no qual o analista está mergulhado, cujos elementos de relevo são dificilmente identificáveis sem um ponto de comparação externo.

Porque dar foco ao Marxismo Econômico? Porque a obra conjunta de Marx é a mais importante análise sobre o trabalho e economia já realizada. O filósofo Jean Paul Sartre afirmava que o marxismo era a filosofia insuperável do nosso tempo. Insuperável porque as circunstâncias que o engendraram não foram superadas. Quais circunstâncias? O esquema de expropriação (sistêmica) do trabalhador. Vale citar, também, um segundo importante posicionamento, agora do Professor Ruy Fausto: “[...] Minha tese é a de que o marxismo como política e, em boa parte, como filosofia da história, envelheceu (para não dizer mais, por ora), mas ele continua sólido, sem dúvida, em grandes linhas, como crítica do capitalismo” (FAUSTO, 2009, p. 3).

No marxismo está a chave para discutir a questão do trabalho, sua reificação pelo Capitalismo, e o seu entendimento e sua suposta desreificação proposta pela Economia Solidária.

3. Correntes de pensamento econômico e a medição da riqueza

Apesar da Contabilidade Geral receber uma definição *strictu sensu* somente em 1887 como a “ciência matemática dos valores” [Office (1887) *apud* Bourguignon (2005, p.353)], vários autores afirmam que, para Marx, a Contabilidade oferecera importantes regras que favoreceram a Revolução Industrial inglesa, dando aos capitalistas uma tecnologia para o controle da produção para o lucro - o que Marx denominava de controle do processo de valorização e promoção da ‘coesão social’ do capital (BRYER; 2005; 2006a; 2006b).

Para Martins (2003; p19), “[...] até a revolução industrial (século XVIII), quase só existia a Contabilidade Financeira (ou Geral), que, desenvolvida na Era Mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais [...]”. Para a apuração do resultado do período, que no acumulado representava o patrimônio da firma, ou o seu *capital*, bastava o levantamento dos estoques em termos físicos, pois a sua medida em termos de valor monetário era muito simples – uma equação de fluxo, proposta por Marx [(esquema D (dinheiro) – M (mercadoria) – D’ (dinheiro a maior)], e também refletida por Keynes (PAULANI, 1991).

O que se verificava à época de Marx, e também posteriormente, até hoje, era a dificuldade de se aferir a riqueza devido à questão do ciclo da manufatura, um processo complexo de produção, que exigiria uma adequada Contabilidade de Custos. Em toda a

economia capitalista atual, considerando um específico estado-nação, existe um variado elenco de formas de possuir riqueza. Para Marx, riqueza é do homem, e valor é da mercadoria:

Os valores-de-uso só se realizam pelo uso ou pelo consumo. Constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dessa riqueza. Na sociedade que nos propomos examinar, são, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor-de-troca. (MARX, I, 1980, p.30).

Questão que deve ser minimamente discutida é, portanto: o que é riqueza? Riqueza é sinônimo de Capital? Para Marx, riqueza, em sociedades onde o capitalismo é dominante, é uma "imensa acumulação de mercadorias". Marx, no Livro I, d'O Capital, vê a mercadoria como duas partes interligadas, e usa e abusa da metáfora biológica, repetindo que a "célula da sociedade econômica é a mercadoria". O homem precisa suprir suas necessidades para viver. O homem necessita de valores de uso. A ação econômica do homem vem destas necessidades. Daí começa a análise de Marx - valores de uso trabalhados a partir dos materiais da natureza. Nas palavras de Marx:

Uma vez que a economia política gosta das robinsonadas, visitemos então Robinson na sua ilha. Embora naturalmente modesto, nem por isso tem menos necessidades diferentes a satisfazer, sendo-lhe necessário executar trabalhos úteis de várias espécies, por exemplo, fabricar móveis, fazer utensílios, domesticar animais, pescar, caçar, etc. (MARX, I, 1980, p.32)

Mas o Robinson Crusoe, ao encontrar e se relacionar produtivamente com o Sexta-Feira, usaria, em uma suposta troca de mercadorias, qual equivalente econômico para produzir os necessários valores de uso? Isso é o que fez, supostamente, a sociedade humana ao longo da história. A sociedade humana fez esta abstração. A sociedade histórica arbitrou o valor: o valor de troca.

[...] o capital existe apenas imaginariamente (idealmente) na forma (figura) do dinheiro em conta, primeiro na cabeça do produtor de mercadorias, do produtor capitalista de mercadorias. Registra-se e controla-se esse movimento com a contabilidade que abrange também a fixação ou o cálculo dos preços das mercadorias. Desse modo, recebe uma representação simbólica o movimento de produção e notadamente o de valorização em que as mercadorias constituem apenas veículos de valor, nomes de coisas cuja existência ideal como valor é fixada em dinheiro de conta. (MARX, II, 1980, p.137).

Uma fotografia instantânea do balanço patrimonial (capital) de uma firma, portanto, mostraria em seus registros contábeis (expressos em valores monetários) os seguintes representantes simbólicos de riqueza: ativos fixos imobilizados em equipamentos, máquinas, prédios, materiais em estoque, etc.; ativos financeiros como dinheiro em caixa (simplifiquemos, não incluindo ainda as dívidas); aplicações de sobras financeiras (temporárias ou não) em títulos de várias espécies, em várias espécies de instituições

financeiras (bancos, ações de empresas, títulos de créditos etc.); e em várias possíveis combinações; e, mostraria também a sua representação especular – os passivos (as fontes e proprietários) dos recursos) - também representados por valor monetário. Se quisermos mostrar como o Capital (riqueza), de uma mesma firma, se modifica (mutação) financeiramente ao longo do processo de produção, deve-se introduzir um modelo de dinâmica (temporal) deste processo, ou se resolver isto de uma forma contábil eficiente. Foi o que fez Marx, e o que faz a Contabilidade Tradicional atual a partir da denominada Contabilidade Financeira e Gerencial (HORNGREN, 1982; KAPLAN; ATKINSON, 1989; LORINO, 1997; MARTINS, 2003). Descrevamos sucintamente este “dispositivo de cálculo”, para as duas contabilidades em estudo, iniciando pela contabilidade tradicional fundamentada pela ortodoxia neoclássica.

3.1 Contabilidade tradicional

O patrimônio da entidade-firma é o objeto da Contabilidade Tradicional. Aplicando seus “princípios e práticas geralmente aceitos”, a Contabilidade Tradicional cumpre sua função de registrar e controlar o patrimônio que se modifica (mutação) em virtude, principalmente, da atividade econômica que a firma/entidade exerce no contexto da economia.

Os registros contábeis devem ser processados à medida que surgem os fatos administrativos, no período de funcionamento da firma, em meio a uma série de fatores exógenos, derivados da economia, como um todo, e que podem alterar, inclusive, a substância do instrumento de medida – a moeda.

No processo de gestão de uma firma, a Contabilidade desempenha a função de centro de informações monetárias, de natureza patrimonial, econômica e financeira. Essas informações são classificadas de acordo com um Plano de Contabilidade da firma. O sistema de informações contábeis deve resultar, portanto, das normas, procedimentos e práticas dirigidos à coleta, classificação, registro, acumulação, resumo, medição e interpretação dos fatos administrativos que afetam a composição e o montante do patrimônio, seja qual for a atividade exercida pela firma ou entidade.

Ressalte-se que a Contabilidade Tradicional, também chamada de Contabilidade financeira, tem, antes de tudo, uma exigência legal, devendo seguir normas e padrões estabelecidos pelo país e suas leis.

a) Patrimônio líquido (capital social) da firma

Começamos pelo processo de cálculo do patrimônio líquido, que também é uma das formas de denominação do Capital (social) líquido. A Contabilidade, sob o ponto de vista da firma, se divide em três partes, a saber: Ativo; Passivo e Patrimônio líquido.

O ativo indica o conjunto de bens e direitos (máquinas, equipamentos, materiais etc.), valorizados monetariamente, pertencentes a uma *pessoa* jurídica que pode ser firma individual, sociedade mercantil ou civil. O passivo compreende as obrigações assumidas pela firma ou entidade perante terceiros (inclusive sócios e acionistas). A diferença entre os montantes de Ativo e Passivo, em dado momento é reconhecida na teoria contábil, como a situação líquida (ou patrimônio líquido). Normalmente a situação líquida é positiva, indicando Ativo com valor contábil maior que o Passivo. Em circunstâncias não comuns a situação líquida pode revelar-se negativa. Pela relação dinâmica do patrimônio (também chamada de *mutações* do patrimônio líquido), com as modificações quantitativas e ou qualitativas nos seus componentes, pode ser definida a equação fundamental da Contabilidade:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO} - \text{PASSIVO}$$

Já que na maioria das firmas o Ativo (Bens e Direitos) suplanta o Passivo (Obrigações), a representação mais comum de seu patrimônio, isto é, seu Balanço Patrimonial assume a forma:

$$\text{ATIVO (A)} = \text{PASSIVO (P)} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)}$$

Para se quantificarem estes valores, é, então, realizado o processo de Contabilidade, através da construção de duas demonstrações financeiras básicas: O Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultados do Exercício (lucros ou prejuízos). Muitos Contabilistas apresentam demonstrações mensais para uso da firma, preparando as informações para várias finalidades: pagamento de impostos, demonstração do patrimônio líquido para os acionistas e análise financeira para terceiros. O convencional é o realizado para um período anual de análise do patrimônio da empresa.

É através do saldo temporal (cálculo dos Lucros e Perdas), da Demonstração dos Resultados, que o balanço é equilibrado. Todas as contas de receitas e despesas (de produtos e serviços) são registradas à parte do Balanço Patrimonial, e compõem a Demonstração dos Resultados do Exercício. Apenas o saldo final (Lucro ou Prejuízo) vai compor o Balanço, no Patrimônio Líquido. Isto leva alguns autores a afirmar que a peça contábil é uma só, onde o Demonstrativo de Resultados é uma “abertura” do lado do Passivo. É a parte dinâmica, temporal, e complexa da apuração de resultados.

A demonstração das Receitas e Despesas é chamada de Demonstrativo de Resultados. É, também, conhecida como “Lucros e Perdas”. Os componentes da Demonstração dos Resultados geralmente são: receitas de vendas; descontos concedidos; impostos sobre as vendas; custo das mercadorias (ou serviços) vendidos (este é componente que pode ser “aberto” por produto); despesas administrativas; despesas com vendas; despesas financeiras (juros e despesas de financiamento); receitas financeiras; imposto de renda; lucro líquido.

Ressaltemos o item custo das mercadorias (ou serviços) vendidas. É dos componentes da Demonstração de Resultados que apresenta a maior dificuldade de entendimento e de processamento contábil (e o que se oferece como contraponto para analisar a contabilidade de custos marxiana, como veremos adiante).

b) Indicadores econômico-financeiros da firma

São vários os indicadores financeiros da Contabilidade Tradicional dedicados ao acompanhamento econômico, financeiro e operacional de uma firma. Podem ser agrupados da seguinte maneira (a nomenclatura varia muito na literatura especializada): Índices patrimoniais; Índices operacionais; Índices de resultados (Econômicos). Entre os principais, que demonstram a rentabilidade econômica, saliente-se:

Lucro Líquido/Patrimônio Líquido e Lucro Líquido/Investimentos

Observe-se que em nenhum momento foi criado um *indicador da relação social* da importância da distribuição da renda intra empresa, como, por exemplo, Lucros/Folha de pagamentos, que poderia oferecer uma *proxy* da “taxa de exploração” (Marx), a ser vista adiante.

Dado que foi construído um arcabouço contábil para a demonstração da Riqueza de uma firma, a partir do valor contábil (tradicional), passemos, também, aos conceitos marxianos, ao também analisar a firma capitalista.

3.2 O modelo “contábil” d’O CAPITAL

O esquema geral de acumulação do capital de uma firma, para Marx, de maneira bastante similar ao cálculo do Patrimônio Líquido da Contabilidade Financeira Tradicional que vimos acima, é uma equação de fluxo. Ressalte-se que se trata de um fluxo intermitente denominado na literatura marxista de “circuito do capital”. Simplifiquemos e façamos Ativo igual a Patrimônio Líquido; portanto, uma firma sem passivos de terceiros. Não trataremos, portanto, da intermediação financeira e o consequente mecanismo de crédito e dinheiro que também ocupam larga parte d’*O Capital* (PAULANI, 1991).

Este “circuito do capital” pode ser representado por três (3) formas de metamorfose de “capitais” no processo de produção de uma firma capitalista, conforme mostra a Figura 1, a seguir. Lembremos que se trata da visão de uma genérica firma industrial no processo global de produção, que ilustra a primeira “rotação” do “circuito do capital” de uma firma, que pode obter várias outras rotações, coincidentes ou não com o exercício de um ano. As três diferentes formas de capitais (transmutando-se, metamorfoseando-se), são: capital mercadoria (M-M’), produtivo (P-P’) e monetário (D- D’). Pode-se começar por qualquer dos circuitos contanto que se termine nele.

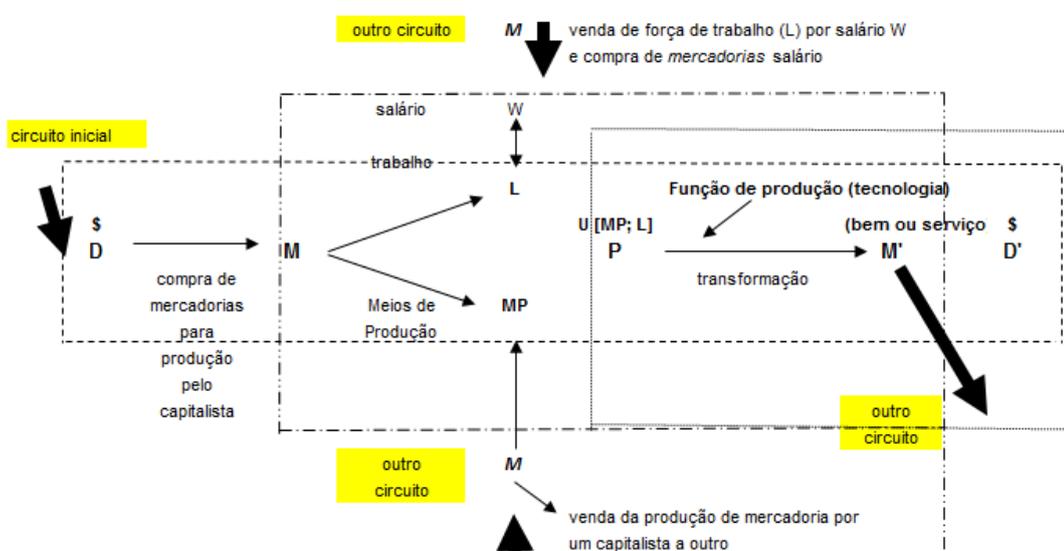


Figura 1–1ª. “Rotação” do “circuito do capital”-modificado de Desai (1979, p.43).

Legenda:

D (Dinheiro inicial) compra mercadorias *insumos* M da Produção:

$$M = MP + L$$

$$MP = MT + MP_r$$

MP = Meios de produção

MT = Meios de trabalho (máquinas; ferramentas etc.)

MP_r = Materiais de produção (matérias-primas e materiais gerais).

L = Força de Trabalho

Os meios de trabalho (MT) também serão apropriados aos produtos (desgaste dos meios de trabalho); são custos de investimentos diluídos nos produtos, o que irá complicar matematicamente a análise de custos, pois exige a introdução do capital fixo que se deprecia, “economicamente” falando.

M é o chamado “capital adiantado”, como veremos à frente, e são as entradas na produção. A partir de uma transformação (Processo de Produção), representado por uma Função de Produção U (MP; L) – com tecnologia (estado da arte) selecionada entre os vários

possíveis métodos de produção (numa seleção que maximize o lucro). Realiza-se a transformação (metamorfose) do Capital Produtivo P, no Capital Mercadoria M' que será comercializada no Processo de Circulação, obtendo-se, então, o Capital D' (Dinheiro final, *a maior*, na primeira “rotação”).

A função produção U (MP; L), hoje denominada de relação capital/trabalho (Bresser Pereira, 1986), deve ser entendida no sentido tecnológico e tradicional do termo, pois é possível combinar meios de produção (MP) e força de trabalho (L) de diversas maneiras (métodos ou processos) para realizar (com lucro “máximo”) a produção.

A composição final de mercadorias (M') é, naturalmente, diferente da composição inicial (M) pois houve uma transformação. A primeira parte da troca D – M, portanto, pressupõe mercados desenvolvidos para as mercadorias Força de Trabalho (L) no Mercado de Fatores, e Meios de Produção (MP) no Mercado de Produtos. O capitalista quer ter seu lucro final não em termos de produto final (M'), mas em termos de dinheiro D'. O circuito monetário, em sua primeira “rotação”, termina com a venda do produto (M') e a sua realização monetária (D').

O proprietário do Capital D inicial é também (pode ser) o proprietário dos meios de trabalho (MT) e enfrenta o vendedor da força de trabalho (L) não como qualquer comprador ordinário de força de trabalho, como seria o caso no emprego de um empregado doméstico ou de um funcionário governamental, como diz Marx, mas como um capitalista que deseja que esse vendedor de trabalho ingresse no processo de produção para valorizar o seu Capital. Essa relação de troca, neste caso, portanto, é uma relação de classe, já que é a separação do trabalhador dos meios de produção que faz da Força de Trabalho uma mercadoria. Apartada do seu contexto de classe, a troca de uma parte de D (salário em dinheiro), por força de trabalho (L), pareceria uma troca direta de equivalentes, à base da igualdade. Separado de seu contexto de classes sociais, fica difícil compreender o papel da exploração.

Resumindo até aqui: quem (organiza e) produz é a firma capitalista (pertencente aos seus acionistas e credores), adquirindo mercadorias (M que incluem L), transformando-as, através de seus meios de produção (MP), em mercadorias M', realizando o valor (no processo de circulação) em dinheiro (a maior) D'. Marx ressalta a diferença entre a força de trabalho e outros insumos-mercadorias. Os mercados para mercadorias antecedem o aparecimento do Capitalismo, embora só nele tenham se desenvolvido plenamente. É o aparecimento do mercado de trabalho (“a força de trabalho é uma mercadoria”) que distingue o capitalismoⁱⁱⁱ.

O cerne da questão é o de como pode ser obtido o valor D' (dinheiro a maior), gerado pelo Processo de Produção do Capital [título do Volume I de Marx (1980)]. Sabemos que o que realiza esse maior capital (D' - dinheiro) é o Processo de Circulação do Capital [título do Volume II de Marx (1980)]. Dada a sua importância, detalhemos esta questão, pois se trata do ponto fulcral da “criação de valor”, no sistema capitalista, pelo método exposto por Marx n’O Capital.

a) CAPITAIS: CONSTANTE, VARIÁVEL, CIRCULANTE e FIXO.

A *Teoria do Valor Trabalho* de Marx afirma que o trabalho (total) necessário para produzir uma mercadoria inclui tanto o trabalho direto quanto o trabalho indireto despendido na produção de meios de produção (meios de trabalho e materiais) utilizados na produção de uma mercadoria. O trabalho (indireto) contido na fabricação dos meios de produção (MP), que incluem os meios de trabalho (MT), é um trabalho já materializado, denominado de trabalho “morto”. Os meios de produção (MP) consumidos não fazem parte do processo de produção em análise (Figura 1, acima), da produção de valor pelo trabalho “vivo” (direto) numa firma industrial, pois foram produzidos por outros processos; são trabalhos já cristalizados - trabalho “morto” - mas devem ser contabilizados no preço de custo, inclusive os meios de trabalho (MT) desgastados, como já foi apontado.

Marx, n’O Capital, mostra pela primeira vez a seguinte fórmula: $C = c + v$; e assim a explica: O capital C decompõe-se em duas partes, uma soma c gasta com os meios de produção, e outra v despendida com a força de trabalho; c representa a parte do valor que se transforma em capital constante e v a que se transforma em capital variável (MARX, I, 1980, p. 237).

Somando-se os dois “capitais” (c + v), tem-se o denominado *Preço de Custo*, cálculo diferente dos clássicos, que incluíam aqui também a renda do capitalista e do dono da terra, como critica Marx. Estamos aqui no Capítulo VIII (A Taxa da Mais Valia), da Parte 2 (A Transformação do dinheiro em capital), do Livro I (O Processo de Produção do Capital).

Por que capital variável? Este *quantum* pago (de reprodução da força de trabalho) varia de país para país, de lugar prá lugar, não só entre os países, como no tempo. Uma quantidade de mercadorias que se precisa para viver. Os trabalhadores desta firma comem, bebem, fumam cigarros, educam os filhos em escolas, etc. Este é o valor que eles consomem com os seus salários (L força de trabalho). Como se vê, um *valor de reprodução de suas vidas*.

Em contraposição aos meios de trabalho – MT (máquinas, dispositivos, ferramentas etc.) –, denominado por Marx de capital fixo (Capital Fixo = MT), os materiais de produção (MP_r) e os salários se gastam totalmente na produção de uma mercadoria e são chamados de Capital Circulante, e é por isso que todo o seu valor entra no valor da mercadoria produzida. As diferentes partes constitutivas do capital adiantado (capital constante + capital variável) adquirem, com relação à circulação, as formas de Capital Fixo e Capital Circulante.

Uma vez que o capitalista só pode explorar adiantando o capital constante e só pode valorizar o capital constante através do adiantamento do capital variável, um e outro coincidem neste sentido, e isto tanto mais que a verdadeira extensão de seu ganho não é determinada pela relação com o capital variável, mas com o capital global, e não pela taxa de mais-valia, mas pela taxa de lucro que, como veremos, pode permanecer a mesma, mas, no entanto, expressar diferentes taxas de mais-valia. Desai (1979, p.71) afirma que “a identidade da ‘massa de lucros com a massa de mais valia’ é uma suposição básica em toda a obra de Marx.”

Capital constante e capital variável possuem diferentes funções no modo de produção capitalista e diferem quanto à sua forma. O que faz a diferença, para Marx, mesmo, na formação do *preço de custo* propriamente dito, é a diferença entre capital fixo e capital circulante. Em suma, no adiantamento de capital, a Força de Trabalho (L) conta como *valor* (quantidade de trabalho necessária), mas no processo de circulação, ao final da primeira rotação do circuito de capital, funciona como *criadora de valor* (DESAI, 1979).

b) Mais valia = Lucro

Até agora vimos como foi considerado um dos elementos do valor mercantil – o preço de custo. Deve-se considerar também o outro componente no valor mercantil da mercadoria, qual seja, o excedente sobre o preço de custo – a mais valia. Em primeira instância, a mais valia é um excedente de valor por cima de seu preço de custo. A mais valia resulta, para Marx, da diferença entre valor (de mercado) e o capital adiantado. Portanto, a mais valia advém pelo lado da receita, como diz Marx (*revenue*) (da mesma maneira, vale lembrar, como se faz o cálculo do lucro na contabilidade tradicional):

Esta última parte del valor toma formas independientes que son al mismo tiempo formas de **revenue**; las formas del beneficio del capital (interes del capital, em tal concepto, y beneficio del capital como capital activo). (MARX, III, 1931, p. 370).

De onde nasce, portanto, um valor (capital) $D' > D$ no processo de produção de mercadorias? Pelo “circuito da mercadoria” (*metamorfose*) podemos estabelecer o valor de M'

como sendo igual a M (igual ao valor dos insumos) + s (a mais valia em tempo de trabalho incorporada ao produto), embora sejam (M e M') diferentes enquanto mercadorias (houve transformação). A mais valia s provém de uma alteração de valor de v , pois se pagou pelo capital variável um valor menor (v) do que ele adicionou à produção ($v+s$).

Enquanto M' continua sem ser vendido, forma o capital-mercadoria. No entanto, a finalidade não é acumulá-lo (exceto para especulação), e sim vendê-lo por dinheiro que proporcione lucro.

Para a firma vendedora de (outras mercadorias) insumos para outras firmas (chamada hoje de *B2B*), essas mercadorias formam o capital de mercadoria (M') que aparece ao final de seu processo produtivo e que, então, convertem, pela venda, em dinheiro (D'), seja para reinvesti-lo (lucros retidos) como capital no processo produtivo ou para gastá-lo como renda em bens de consumo ou de luxo. É essa a razão pela qual as mercadorias outras que não a força de trabalho do específico processo de produção não podem ser exploradas; a sua mais valia já foi realizada por seus vendedores.

Como medir sob o ponto de vista de uma firma, portanto, o Capital resultante (acumulado) dos processos de produção e de circulação das mercadorias no “Circuito do Capital”? No modelo de contabilidade baseado na ortodoxia neoclássica estaríamos discutindo o Patrimônio Líquido sob o ponto de vista do(s) acionista(s). No modelo marxista estaríamos mostrando a acumulação de capital em função da extração de valor (mais valia) da força de trabalho L adicionada ao capital produtivo (capital fixo) de posse do capitalista. Portanto, a ***mais valia igual a lucro***, numérica e contabilmente falando, é a ligação possível entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Marxiana. E, para ressaltar mais uma vez, deixemos para Marx nos dizer como aparece o lucro:

A mais valia contida na mercadoria não custa nada ao capitalista [...] e entra na mercadoria como criador de valor. O lucro com o capitalista vem de quem para vender algo não pagou nada. A mais valia, ou em seu ponto de vista, o lucro, consiste precisamente no excedente de valor mercantil por cima de seu preço de custo, quer dizer, o custo no excedente da soma global de trabalho contido na mercadoria por cima da soma de trabalho remunerado nela [...] Para o capitalista a mais valia gerada por si mesmo depende tanto da enganação recíproca, como da exploração direta do trabalho. (MARX, III, 1980, p.45)

Aqui é importante o destaque de que o *lucro* vem tanto da exploração do trabalho, quanto de “enganar” os outros capitalistas na hora da troca (circulação que realiza a exploração feita na produção). Fica também esclarecido que uma coisa é a criação do valor, no âmbito da firma, e outra é a repartição do valor (captação do valor), na órbita da

circulação. E que *lucro* é igual a *mais valia*, na unidade produtiva (firma), permitindo ligar, empiricamente, os dois conceitos, conforme nos deteremos mais à frente.

c) Indicadores “Marxianos”

Passíveis de serem calculados a partir de um levantamento empírico mínimo em uma firma capitalista, além do que a contabilidade tradicional já permite, os indicadores econômicos marxistas seriam aqueles ligados a três conceitos-chave: taxa de lucro, taxa de mais-valia (grau de exploração), e composição orgânica do capital. Vale ressaltar que estes indicadores estão ligados a uma única firma capitalista. Mostremos as (simples) fórmulas destes (relevantes) conceitos – utilizados, principalmente, para demonstrar a exploração capitalista (Lei do Valor) - e fundamentá-los para a comparação proposta por este estudo.

A equação (sintética) do valor de uma mercadoria (C) é dada por:

$C = c + v + s$, onde:

c - capital constante [Meios de Produção (desgaste de máquinas, matérias primas, materiais auxiliares etc.)]

v - capital variável - Força de Trabalho medida em tempo e paga em salários.

s – mais-valia (*surplus*) – “lucro” do capitalista; tempo de trabalho excedente. O operário trabalha além do tempo necessário a “repor” o seu desgaste como mercadoria/capital.

q - composição orgânica do Capital (denota grau tecnológico)- $q = \frac{c}{c+v}$

p - taxa de lucros (razão entre mais valia e investimento total em capital)- $p = \frac{s}{c+v}$

$m' = s/v$ - taxa de mais valia (Mais valia/Capital variável) - $m' = \frac{s}{v}$; ou trabalho excedente/trabalho necessário, ou mais valia/Salário da Força de trabalho, ou Trabalho não pago/Trabalho pago ou “Lucro”/ Folha de Pagamentos? (*Proxy* do Índice a ser proposto à frente, como indicador da “exploração”).

A composição orgânica do capital (**q**), neste conceito, pode ser relacionada com a taxa de lucros **p** e a taxa de mais valia **m'** da seguinte maneira:

$$p = m'(1 - q) \text{ (SWEEZY, 1972)}$$

A tendência do capitalismo é a acumulação de Capital. Isto implica um aumento da composição orgânica do capital (**q**), derivado da inovação tecnológica que utiliza cada vez mais máquinas; logo com tendência de subir o peso do Capital Constante (**c**). Ora, aumentando **q**, pois o valor de **c** aumentou (se **m'** permanecer constante), aplicando as fórmulas acima mostradas, facilmente se vê que a taxa de lucro **p** decresce. Para Marx, este

movimento pode ser invertido pela maior exploração da Força de Trabalho (diminuindo, desta forma o v , o que implicará um aumento da Mais Valia (s), logo um aumento da taxa de Lucro (p). Aqui temos a relação que Marx apresenta no Livro III, entre a tendência decrescente da taxa de lucro e as crises econômicas. O sistema para se manter “vivo”, e crescente, tem que criar mais mais-valia. Se cair a produção de mais-valia, (por. ex. se os salários aumentarem), como se mantém a mesma extração anterior da mais valia? Ora, o objetivo da empresa é o lucro. Se o lucro está caindo como as empresas fazem para reverter? Uma primeira maneira de entender é que se desemprega gente, portanto, cria-se o desemprego estrutural. Este é um sentido do conceito de *exército industrial de reserva*: um jogo espúrio de criação de desemprego.

4. Estudos de Caso: Modelo e Coopercaixa

Apresentaremos a seguir dois “dispositivos” contábeis referentes à MODELO, em determinado ano: *Balanco Patrimonial*, *Demonstrativo de Resultados do Exercício*; e dois *Indicadores de rentabilidade econômica*. E, em seguida, os demonstrativos e indicadores marxistas, respectivamente.

4.1 Modelo

A **Modelo** é uma indústria metalúrgica brasileira de pequeno porte, com três sócios-gerentes, e emprega sessenta e sete trabalhadores diretos e indiretos (em relação à produção). COSTA (1998).

a) *Balanco patrimonial*

Apresenta-se a seguir, Tabela 1, a Estrutura resumida do Balanco Patrimonial da MODELO (ano referência):

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	2.600	CIRCULANTE	1500
PERMANENTE	3300	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4400
- equip, máquinas	2800	- Capital Social	1890
- deprec acum	-200	- Reservas/ acum	200
- Investimentos	500	- Lucros exercício *	1513
Total do Ativo	5.900	Total Passivo	5900

(* Demonstrativo de Resultados do Exercício)

Tabela 1- Balanco Patrimonial da MODELO (R\$ 1000) (Autor)

O Patrimônio Líquido (R\$ 4.400.000,00), acima apontado, é uma *proxy* do Capital Social na mão (e na mente) dos acionistas capitalistas da firma.

b) Demonstrativo de resultados do período

Observe-se que a “abertura” do valor pago aos trabalhadores (folha de pagamentos-diretos e indiretos da firma), é um cálculo não explicitado nos dispositivos contábeis tradicionais. Há que se fazer um processamento “paralelo”, pois os custos dos trabalhadores, capital variável na terminologia marxiana, estão espalhados por várias contas.

Demonstrativo de Resultados			
	\$	%	
(+) Receita Bruta	8.400	100	RT
(-) Descontos concedidos	500	6%	DESC
(-) Impostos sobre a receita	1000	12%	IMP-R
(=) Receita líquida	6.900	82%	
(-) Custo do produto vendido	3.780	45%	(*)
(-) Despesas	1.100	13%	DESP
(-) administrativas	200	2%	(*)
(-) comerciais	400	5%	(*)
(-) financeiras	500	6%	
Lucro antes do IR	2.020	24%	LAJIR
(-) Imposto de Renda	507,00	6%	IR
(=) Lucro Líquido	1.513	18%	LAIR
Folha de pagamentos-FP	2.050		
FP está embutida nos itens (*) e inclui os denominados encargos trabalhistas			

Tabela 2 – Demonstrativo de Resultados (autor)

O Lucro líquido após juros e Imposto de renda (LAIR) = R\$ 1.513.000,00 (Lucro sob o ponto de vista dos acionistas da firma).

c) Comparação entre as Contabilidades Tradicional e Marxista

O Lucro (bruto) antes dos impostos e custos financeiros, e depois dos custos fabris, como se viu em 3.1. e 3.2., e é uma *proxy* da *mais-valia* gerada por esta empresa.

Contabilidade Tradicional		Contabilidade Marxista	
RECEITA TOTAL (RT)	8400,00	8400,00	VALOR TOTAL (C)
LUCRO BRUTO (LB) = RT-CPV-DESP	3520,00	3520,00	MAIS VALIA TOTAL (m)
LUCRO LÍQUIDO (LAIR)	1513,00		
SALÁRIOS (+ ENC) TOTAIS	2049,60	2049,60	CAPITAL VARIÁVEL (v)
COMPRAS, DEP, ETC..	2830,40	2830,40	CAPITAL CONSTANTE (c)
LAIR/PATRIM LÍQUIDO (roe)	34%	72%	TAXA DE LUCROS = p =
LAIR/ATIVO TOTAL (roi)	26%	172%	TAXA DE MAIS VALIA (exploração) = m' =
		58%	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL = q =
LAIR / ACIONISTA (3)	504,33		
RENDA / TRABALHADOR (70)	30,59		

Tabela 3 – Comparativo final

Alguns dos indicadores possuem correspondência praticamente direta entre as duas contabilidades. Receita e Valor (C – valor das mercadorias ou “preço de produção regulado

por seu valor global”) (MARX, III, 1945, p. 369); Lucro Bruto e Mais valia; Salários totais e capital variável.

A Renda média líquida anual para os três (3) acionistas (ou para reservas para investimentos) = LAIR/3 = R\$ 504.000,00 (admitindo-se zero de *pro labore* que representaria a remuneração de sócios gerentes).

São altos os indicadores de rentabilidade (*roi e roe*); basta ver a significativa taxa de lucros sob o ponto de vista marxista (mais valia/capital adiantado total); e a grande taxa de mais valia (172%), pois o lucro bruto se distribui não só aos acionistas, mas também ao governo (impostos) e credores.

Salientemos os seguintes “**Indicadores marxistas**”:

$q = c / (c + v)$ - composição orgânica do Capital (*denota grau tecnológico*)

Verifica-se como é alta a taxa de intensidade de trabalho (42%) nesta indústria.

$p = m / (c + v)$ - taxa de lucros (*profit*) (*razão entre mais valia e capital total adiantado*).

Alta taxa de lucros (72%)

$m' = m / v$ - taxa de mais valia (*trabalho excedente / trabalho necessário*) Observe-se o alto Valor de 172%!

4.2 Coopercaixa

No início de 1999, ex-funcionários de uma fábrica de embalagens de papelão ondulado recém-falida, a Indústria de Embalagens Paulistana, formaram um grupo para buscar uma saída para dois problemas fundamentais: preservar seus créditos trabalhistas e reabrir seus postos de trabalho fechados com a decretação da falência. A solução veio através da fundação de uma cooperativa (autogestionária) de produção industrial (CIBELE et al. 2009).

Assim que os ex-funcionários perceberam que a fábrica, já fechada, seria totalmente devastada por vândalos e marginais, um grupo de onze pessoas passou a fazer a vigilância voluntária do local e a lutar pela sua reabertura. O alvará de arrendamento do parque industrial a favor da Coopercaixa saiu em julho de 2001. A produção recomeçou quatro meses depois.

A Coopercaixa necessitava de um modelo de gestão que se conformasse com a lei cooperativista, buscando “remunerar” os sócio-cooperados de uma maneira organizada e justa. Assim, os cooperados desenvolveram uma forma visual de explicar o tema. Para tanto, lançaram mão de um modelo matemático para “traduzir” a legislação e lançaram o “disco de resultados”.

O “disco de resultados” é a transformação da lei 5764/71, relativos ao manejo de recursos cooperativistas, em gráficos e números. O disco representa os valores arrecadados pelos cooperados, que são chamados de ingressos (ou receitas brutas). Cada período, seja mês ou ano, tem um disco próprio, dividido em três anéis concêntricos. O primeiro anel representa as despesas da cooperativa, incluindo os impostos, suportadas pelo conjunto dos cooperados na forma de rateio. O segundo são os fundos obrigatórios e próprios da cooperativa, que são formados pela contribuição de todos, e o terceiro, que é o círculo resultante, é o resultado líquido, ou seja, os recursos a serem divididos entre os cooperados.

Mas houve a questão: como repartir os recursos de forma desreificada, legal, justa e democrática, se cada cooperado tem um perfil diferenciado quanto à especialização, número de horas trabalhadas e produção no final do mês? Quanto em dinheiro deve ser distribuído ao porteiro, engenheiro, operador de máquinas ou ao cooperado que trabalha na área de administração?

A Coopercaixa, a partir de um estudo de funções e valores, estabeleceu um sistema de pontuação para aferir o que cada um recebe no fim do mês. Cada cooperado tem um número de pontos de acordo com a sua formação e especialização profissional. Um operador, por exemplo, pode ter mil pontos, enquanto um engenheiro quatro mil. Cada ponto tem um valor monetário que também pode oscilar, dependendo do total do resultado líquido do empreendimento coletivo, auferido a cada mês.

O efeito visual no “disco de resultados” é a divisão dos anéis a partir de “setores”, onde a distribuição dos excedentes seria proporcional ao número de pontos dos cooperados.

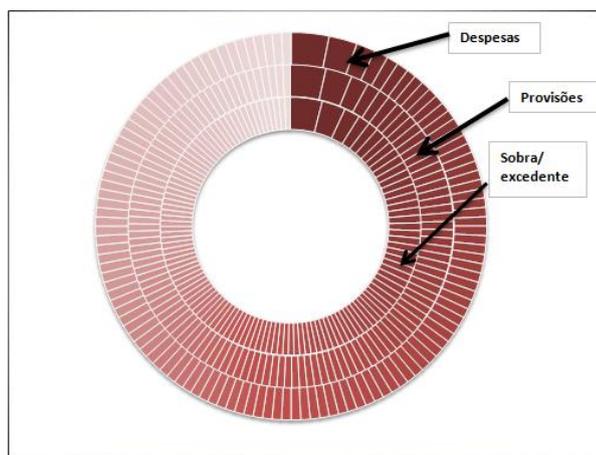


Figura 2 - Disco de Resultados - Coopercaixa

O estudo de caso comprova como a união de um grupo e a luta pelos seus postos de trabalho deu origem a uma cooperativa de produção, que cresceu rapidamente de uma forma

organizada e legalmente aceita. E, principalmente, implantando uma gestão operacional que permitisse *desreificar* a questão da repartição da renda de forma democrática e acordada por todos, em assembléias onde cada cooperado tem um voto.

4.3 Comparação dos resultados

A comparação final na distribuição da renda pode ser vista através de duas ilustrações. A primeira, na Figura 5, a seguir, ilustra a distribuição da renda total (lucro líquido mais salários dentro da firma). Os três sócios-gerentes obtêm praticamente renda igual aos outros 67 funcionários.

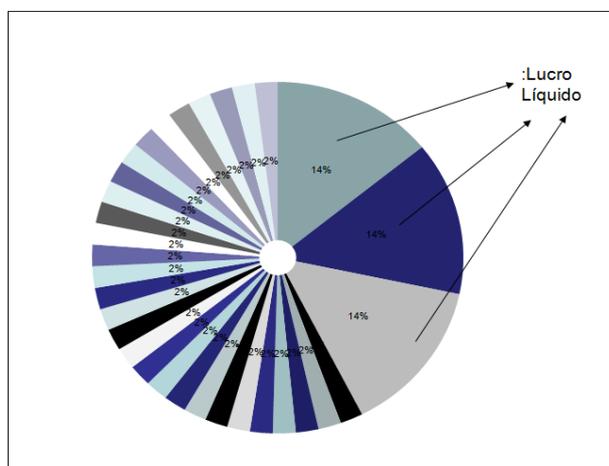


Figura 3 - Repartição da Renda - MODELO (Autores)

No caso da Coopercaixa pode-se acompanhar, pela Figura 6, a seguir, a distribuição do excedente de acordo com a pontuação acordada entre os cooperados.

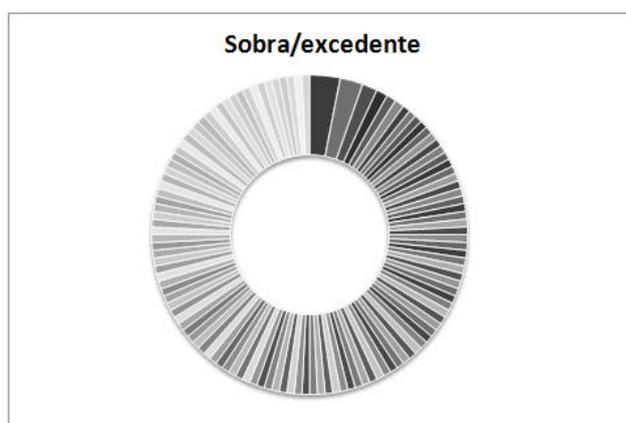


Figura 4 - Repartição da Renda - Coopercaixa (Autores)

O efeito distributivo de se considerarem duas unidades produtivas (firma e cooperativa) em dois modos de produção (capitalista e economia solidária) mostra inequivocamente o efeito (assimétrico) do esquema capitalista de apropriação da renda.

5. Produção, distribuição e repartição “solidárias”?

A Economia Solidária é hoje um movimento político que busca transformar a sociedade partindo dos princípios cooperativos e associativos. A caracterização da Economia Solidária como um novo modo de produção nos trás a questão fundamental - sua rivalidade com o modo produção dominante - O Capitalismo. Os modos de produção podem até conviver (sempre em tensão crítica), mas dificilmente se conciliam

A contabilidade microeconômica sob a ótica d’*O Capital* de Marx pode estimular novas formas de mensuração de resultados, incentivos aos cooperados e organização da produção em empreendimentos de economia solidária. No entanto, a questão da formação de preços do sistema como um todo - uma lógica totalizante como queria Marx-, continua a grande polêmica

Um desdobramento a ser prospectado é obrigatório: como seria o estabelecimento de preços, hipoteticamente falando, se existissem redes solidárias? O economista Piero Sraffa, em seu livro “Produção de Mercadorias Através de Mercadorias”, nos adianta uma hipótese promissora sobre esta questão: “O resultado é que a distribuição do excedente deve ser determinada através do mesmo mecanismo e ao mesmo tempo que se determinam os preços das mercadorias.” (SRAFFA, 1976, p. 217).

Não seria o caso de se abolir a mais valia, como propugnava Proudhon (muito criticado por Marx), já que nela se encontra parte do trabalho total social incorporado e não repartido com o trabalhador, mas de se negociarem os valores, solidariamente, em rede. Não uma sociedade anônima (uma *francomaçonaria*), como Rosa Luxemburgo falava da classe capitalista, mas uma sociedade solidária abrangente. Esta questão se estabelece como um desdobramento desta pesquisa, onde o foco não seria sobre uma firma individual, como aqui foi feito, mas o estudo da negociação solidária dos preços em rede, que, em hipótese baseada em Sraffa (1976), determinaria os excedentes nos empreendimentos de economia solidária envolvidos.

6. Referências

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit de capitalisme*. Paris. Gallimard. 1999.

BOURGUIGNON, A. *Management Accounting and value creation: the profit and loss of reification*. *Critical Perspectives on Accounting*, 16 (2005) 353-389. 2005.

BRYER, R. *A Marxist accounting history of the British industrial revolution: a review of evidence and suggestions for research*. *Accounting, Organizations and Society*. Oxford: [Jan 2005](#). Vol. 30, Iss. 1; pg. 25

[BRYER, R. A. The genesis of the capitalist farmer: towards a Marxist accounting history of the origins of the English agricultural revolution. *Critical Perspectives on Accounting*. London: \[May 2006\]\(#\). Vol. 17, Iss. 4; pg. 367](#)

VII Encontro Internacional de Economia Solidária

finanças solidárias e desenvolvimento territorial

24, 25 e 26 de novembro de 2011

cidade universitária . são paulo . sp



- BRYER, R. **Capitalist accountability and the British Industrial Revolution: The Carron Company, 1759-circa. 1850.** [Accounting, Organizations and Society](#). Oxford: [Nov 2006](#). Vol. 31, Iss. 8; pg. 687
- CASTRO, B. **A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político.** 2009. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CIBELE, J.; COSTA, R. P.; SARAIVA Jr., A. F. **Economia solidária no Brasil: Distribuição dos excedentes em uma cooperativa de serviços de industrialização.** XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Salvador. 2009
- COSTA, R. P. **Proposta de modelo e implementação de um sistema de apoio a decisão em pequenas indústrias.** 198p. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- DESAI, M. **Economia Marxista.** Zahar. Rio de Janeiro.1978.
- DUMONT, L. **Homo Aequalis.** Paris. Galimard. 1977.
- FAUSTO, R. **Outro dia.** São Paulo. Perspectiva. 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Graal. São Paulo. 2000. 295p.
- GITMAN, L. **Princípios de Administração Financeira.** Pearson. São Paulo. 12ª ed., 2009.
- HORNGREN, G. T. **Cost accounting: a managerial emphasis.** 5ª. ed. Englewood Cliffs. Prentice Hall. 1982. 997 p
- KAPLAN, R.; ATKINSON, A. A. **Advanced Management Accounting.** New Jersey. Prentice Hall. Second edition. 1989. 817 p.
- LORINO, P. **Méthods et pratiques de la performance. Le guide du pilotage.** Paris. Edition d'Organisation. 1997.
- MARTINS, E. **Contabilidade de Custos.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003
- MARX, K. **A Ideologia alemã.** <http://www.marxists.org/portugues/dicionario.04/01/11>
- MARX, K. **El Capital: Crítica da Economia Política.** . Volumes I, II e III. Editora Fuente Cultural. México. 1931
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** (Volumes I, II e III). 3ª. Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980
- PAULANI, L. **O conceito do dinheiro e o dinheiro como conceito.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1991
- PEREIRA, L. C. B. **Lucro, acumulação e crise.** São Paulo. Brasiliense. 1986. 278p.
- PRADO, E. **Ortodoxia neoclássica,** p. 10, Estudos Avançados 14 (410 2001).
- ROBINSON, J. **Liberdade e Necessidade.** Coleção “Os Pensadores”. Volume XLVII. Editora Abril. 1976.
- SENAES. Secretaria nacional de economia solidária. **Atlas da Economia solidária.** <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>. 04/01/11
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P.: <http://www.youtube.com/watch?v=QuUYwn3GX1g> (23/10/08)
- SKOCPOL, T. SOMERS, M. **The use of comparative history in macro-social inquiry.** Comparative studies in society an history., v.22, n3, 1980.
- SRAFFA, P. Coleção “Os Pensadores”. Volume XLVII. Editora Abril. 1976.SWEEZY, P. Teoria do desenvolvimento capitalista. **Rio de Janeiro. Zahar. 2ª. Ed. 1972.**

ⁱ Marx na Ideologia Alemã: “Com o começo das manufacturas coincidiu um período de vagabundagem, ocasionado pela dissolução dos séquitos feudais, pela desmobilização dos populosos exércitos que tinham servido os reis contra os vassallos, pelo aperfeiçoamento da agricultura e pela transformação de grandes extensões de solo arável em pastagens. Já por aqui se vê como esta vagabundagem se encontra em rigorosa conexão com a dissolução do feudalismo. Já no século XIII ocorrem algumas épocas desta natureza, mas no fim do século XV e princípio do século XVI é que esta vagabundagem surge como um fenómeno geral e permanente. Estes vagabundos, que eram tão numerosos que [Henrique VIII](#) de Inglaterra, para só falar dele, mandou enforcar 72.000, que só com as maiores dificuldades e pela miséria mais extrema eram levados a trabalhar — e mesmo assim só ao cabo de longa resistência. O rápido florescimento das manufacturas, nomeadamente em Inglaterra, absorveu-os gradualmente.” MARX (2011)

ⁱⁱ “O Capital” é um livro sobre o desemprego e como o desemprego é “estruturalmente inseparável da dinâmica de acumulação e expansão que constitui a própria essência do capitalismo”. Jameson F. “Representing ‘Capital’ – A Reading of Volume One. Verso. 2011. 176 p.

ⁱⁱⁱ Na esteira de Fernand Braudel, faremos uma distinção entre capitalismo e economia de mercado. Por um lado, a economia de mercado constitui-se “passo a passo” e é anterior ao aparecimento da norma de acumulação ilimitada do capitalismo (Braudel, 1979, p.263). (...) O capitalista, no âmbito da definição mínima de capitalismo que utilizamos, é, teoricamente, qualquer um que possua um excedente e o invista para extrair um lucro que venha a aumentar o excedente inicial...na França é de 20% das famílias (acima de um certo limiar de poupança). P. 36 BOLTANSKI, L., CHIAPELLO,